



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	35220.000295/2006-16
Recurso nº	000.000 Voluntário
Acórdão nº	2402-02.451 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	08 de fevereiro de 2012
Matéria	AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente	ANTONIO CARLOS PEREIRA
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/01/2003 a 31/12/2003

RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI N º 8.212, de 24/07/91. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO

A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei n º 8.212/91; entretanto, tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória n º 449/2008, convertida na Lei n º 11.941/2009, do que deixou de definir o ato como infração.

A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). A exclusão por lei de algum desses elementos implica retroatividade benigna do artigo 106 do CTN.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Julio Cesar Vieira Gomes – Presidente e Relator.

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Julio Cesar Vieira Gomes, Ana Maria Bandeira, Igor Araújo Soares, Ronaldo de Lima Macedo, Jhonatas Ribeiro da Silva e Nereu Miguel Ribeiro Domingues.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra decisão de primeira instância que julgou procedente a autuação lavrada em 31/05/2006. Segue transcrição de trechos do acórdão recorrido:

EMENTA - AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE CONFECÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO PARA OS ÓRGÃOS PÚBLICOS. DETERMINAÇÃO LEGAL. APRESENTAÇÃO DAS GFIPs CORRESPONDENTES. NÃO SUPRIMENTO DA FALTA.

i. Sendo, para efeitos da legislação previdenciária, equiparados às empresas, os órgãos públicos são obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias exigidas das empresas privadas.

ii. O dever legal de preparar folhas de pagamento não é suprido pela apresentação das GFIP's, posto que são diversos os fundamentos legais relativos a estas obrigações acessórias.

...

01. Em ação fiscal desenvolvida no Município de Granito (PE), Câmara Municipal, foi lavrado em 30/05/2006, Auto de Infração, Código de Fundamentação Legal nº 30, infração ao artigo 32, I, da Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores, combinado com art. 225, I e § 9.º do Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06/05/1999. O valor da penalidade Importou em R\$ 1.156,83 (um mil cento e cinqüenta e seis reais e oitenta e três centavos).

02. De acordo com o Relatório Fiscal anexo ao auto infracional - fl. 08/11, a Câmara Municipal de Granito preparou as folhas de pagamento das remunerações pagas a segurados a seu serviço em desacordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.

...

04. O mesmo relatório expõe que a multa foi aplicada ao dirigente máximo em exercício no órgão fiscalizado à época da ocorrência dos fatos, posto que, apesar de intimada, a Câmara Municipal de Granito não apresentou ato legal que atribuisse competência funcional para o cumprimento das obrigações acessórias previdenciárias a qualquer servidor do quadro do Poder Legislativo Municipal.

Contra a decisão o recorrente reiterou suas alegações iniciais:

06. O autuado apresentou defesa, constante à fl. 28, na qual, em apertada síntese, a alega que os pagamentos as pessoas físicas constantes nos anexos I e II do relatório fiscal foram quitados

através de empenhos e informados ao INSS via arquivos SEFIP, conforme cópias dos protocolos de envio dos arquivos e relação de trabalhadores constantes das GFIP's, referentes às competências apontadas no auto infracional.

07. Por fim, alegando que não houve supressão de informações, posto que os dados relativos aos segurados foram enviados à Previdência Social através de arquivos SEFIP, requer que a defesa seja acatada em todos os seus termos, para que, assim, o presente lançamento fiscal seja anulado.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Julio Cesar Vieira Gomes, Relator

É pacífico neste Conselho que deve ser observada a retroatividade benigna prevista no art. 106, inciso II do CTN. A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212/91; entretanto, tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009.

Art. 41. O dirigente de órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, responde pessoalmente pela multa aplicada por infração de dispositivos desta Lei e do seu regulamento, sendo obrigatório o respectivo desconto em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Conforme previsto no art. 106, inciso II do Código Tributário Nacional - CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- a) quando deixe de definir-lo como infração;
- b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
- c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Portanto, no caso presente, aplica-se o art. 106, inciso II, alíneas “a” e “b” do CTN. A Medida Provisória nº 449/2008, ao revogar o art. 41 da Lei nº 8.212/91, afastou a responsabilização do dirigente nas omissões e ações que geram o descumprimento de obrigações acessórias.

A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum benefício para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.

Em relação ao dirigente do órgão público, a Medida Provisória deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional. Caso a fiscalização fosse autuar o prefeito municipal na data de hoje, por fatos pretéritos, não poderia fazê-lo, em função da MP nº 449/2008. Assim, em relação ao dirigente, a MP é, sem dúvida, mais benéfica; se antes da MP a autuação era em nome do dirigente, com sua responsabilização pessoal, após, não cabe tal autuação. Ressalta-se que atualmente a MP nº 449/2008 teve suas regras convalidadas com a sua conversão na Lei nº 11.941, de 27/05/2009.

Pelo exposto, voto pelo provimento do recurso.

É como voto.

Julio Cesar Vieira Gomes

CÓPIA